

Ignora Itamar

SONIA CARNEIRO

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso não vai responder à interpelação do governador de Minas Gerais, Itamar Franco, que exigiu em ação no Supremo Tribunal Federal (STF) explicações sobre o envio de tropas do Exército à fazenda Córrego da Ponte, localizada em Buriatis (MG), para proteger a propriedade dos seus filhos, ameaçada de invasão pelo MST. O Advogado-Geral da União, Gilmar Mendes, protocolou ontem um pedido de reconsideração da decisão do presidente em exercício do STF, ministro Marco Aurélio Mello, que determinou a notificação do presidente da República. Se o pedido for recusado, Gilmar Mendes vai solicitar que a petição seja submetida como agravo regimental diretamente ao plenário do Supremo. "O pedido não reúne condições de admissibilidade", alegou Gilmar Mendes.

O advogado-geral da União argumentou que o governador de Minas Gerais "não tem amparo legal" para pedir explicações ao presidente da República, pois não foi surpreendido pelo envio das tropas. Gilmar incluiu no pedido de reconsideração o aviso número 112, no dia 14 de junho, enviado pelo ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Mendes Cardoso, ao governador Itamar Franco, comunicando a existência de "indícios de que o MST estaria programando nova investida na propriedade". Gilmar alegou que Itamar Franco sabia do envio das tropas e teve conhecimento prévio da movimentação do Exército. "O fato foi levado

ao conhecimento prévio de Itamar mas não foi respondido", informou Gilmar Mendes.

No mesmo escritório, a AGU alega que o general Cardoso já havia explicado ao governo mineiro que a fazenda "Córrego da Ponte" é domicílio notoriamente freqüentado pelo presidente. O general pediu ainda que o governador determinasse o acompanhamento e, se fosse o caso, a adoção de medidas preventivas para dissuadir o movimento. Gilmar Mendes considerou "oportuno e insustentável" o raciocínio do governo de Minas, de que o deslocamento de tropas do Exército atentaria contra a existência de um pacto federativo.

Em sua argumentação, o advogado-geral da União registra que o MST "não visava atingir o cidadão Fernando Henrique, mas a pessoa do presidente. Em outras palavras, tinha fim político, visava atingir o chefe do governo", sustenta Gilmar Mendes. "A garantia da incolumidade do presidente da República e seus familiares exige que não se negligencie na segurança e proteção da privacidade e da intimidade do chefe de governo, sob pena de se expor a risco a salvaguarda que a lei prevê", acrescentou Gilmar Mendes.

O governador Itamar Franco (sem partido) decidiu aguardar o comunicado oficial do Supremo Tribunal Federal com a negativa do presidente Fernando Henrique Cardoso em responder o pedido de explicações proposto pela Procuradoria Geral do Estado. Passeando pelos jardins do Palácio da Liberdade, o governador disse só se pronunciará sobre o assunto depois de ser informado oficialmente sobre a posição dos notificados pelo STF.